

Heráclito e Schopenhauer:

O contraponto da vida à luminosidade ideal da essência*

Heraclitus and Schopenhauer:

The counterpoint of life to the optimum brightness of the essence

Palavras-chave Schopenhauer; Heráclito; Música; Metafísica; Vida.

Key-words Schopenhauer; Heraclitus; Music; Metaphysics; Life.

Harley Juliano Mantovani

UFG, Goiânia, GO, Brasil.

Doutorando em Filosofia pela UFG. Mestre em Filosofia pela UFGCar. Autor, entre outros, de *O Pastor de Ventos*. Uberlândia: Assis Editora, 2010; e *A Luta de Jacó com o Anjo: a poesia da ausência*. São Paulo: Scortecci Editora, 2008. Bolsista FAPEG. harleybrief@yahoo.com.br

* Ainda que constitua um resultado indireto da nossa pesquisa, este artigo foi possível devido ao financiamento do nosso projeto pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

Resumo

Neste artigo, tivemos o objetivo de analisar as condições em que uma filosofia da música também pode ser considerada como uma ontologia da vida. Pensar e defender a correspondência entre música e vida não podia ter sido feito dentro de uma metafísica da claridade ideal que sempre negligenciou e adulterou a essência da vida, que não é dita por nenhuma imagem conceitual ou estética. Demonstramos que para se conceber uma ontologia da vida através da música era preciso recuperar a filosofia impondo-lhe a tarefa de pensar a própria audição.

Abstract

In this article, we had to analyze the conditions under which a philosophy of music can also be considered as an ontology of life. Think and defend the correspondence between music and life could not have been done within a metaphysical ideal clarity that always neglected and misrepresented the essence of life, which is not spoken by any conceptual or aesthetic image. We demonstrate that to conceive an ontology of life through music had to retrieve the philosophy by imposing the task of thinking about the hearing itself.

Outrora, quando jovem, mergulhei meu olhar em teus olhos, ó Vida, e acreditei cair num abismo sem fundo(...).

Ah! tu abres agora os olhos, Vida bem amada. E de novo me parece que me abismo no fundo do insondável.

Assim cantava Zaratustra.

Friedrich Nietzsche (1959, p. 131; p. 133)

Ipséitas, São Carlos, vol. 1, n. 2, p. 93-103, jul-dez, 2015

Introdução

Em nosso texto, através de uma análise dos aspectos gerais da filosofia da música de Schopenhauer, propomos e defendemos a tese de que a filosofia, somente assim transformada e concebida por meio da recuperação da musicalidade do pensamento, compreende-se, de modo simultâneo e indissociável, como filosofia da vida. Neste sentido, nos foi preciso demonstrar em que termos a música em Schope-

nhauer prescinde, ultrapassa e dissolve a *essência*, justamente o que, desde a instauração e a afirmação da suficiência racional das meras possibilidades puramente lógicas, mantinha separadas a filosofia e a vida. Separação esta que encontramos em Platão que, outorgando o ser à ideia, afastou-o da vida, que assim destituída de uma ontologia própria, quedou-se em uma obscuridade imperscrutável para a lógica das essências ideais e cristalinas pertencentes ao *bem* luminoso. E se esta resplandescência ontológica é a vida do bem, a lógica platônica se apresentava como *ciência da vida*, mas que, no entanto, fundamentava-se sobre a separação da vida e da filosofia. Ao passo que estas duas se encontravam unidas no *Logos* de Heráclito, que não era primeiramente lógico, mas, uma obscuridade audível ou digna de ser escutada.

Nesse sentido, procuramos estabelecer que uma filosofia da vida consequente deve se reconhecer herdeira de Heráclito como o primeiro filósofo da vida, rigorosamente, porque a música, tal como pensada por Schopenhauer, contrapondo-se e negando a essência, nos revela e deixa diante de nós a essência *da* essência, ou seja, o *nada* como o querer-se a si mesma da Intimidade pura e absoluta cuja voz não fala nenhuma outra realidade que a da renovação da sua própria circularidade escondidamente amante de si mesma uma única vez apenas. Esperamos deixar claro que a filosofia da música de Schopenhauer distingue e separa vida e mundo, sobretudo, se a realidade deste se fundamenta em uma razão suficiente idealmente científica e pragmática.

Falar de um *contraponto* da vida – tomando este termo técnico emprestado da história da evolução da música ocidental – é reconhecer que a vida é *polifônica*, que há nela várias vozes (da pedra, da planta, da água, do homem, e até do silêncio), e que essas vozes, combinando-se indefinidamente, constituem um horizonte melódico “sem que elas percam sua individualidade como tais” (BOULEZ, 2008, p. 263). Ou seja, no contraponto da vida fala a unidade polifônica das vozes, que são vozes de indivíduos reunidos. O que fala é a reunião do contraponto que leva à plenitude da individualidade, porque cada voz individual é *responsável* pela melodia da unidade do horizonte cósmico. Diante disto, veremos que as vozes da vida são as vozes de uma unidade.

Heráclito: a audibilidade do Uno que diz o Logos

“Em rio não se pode entrar duas vezes no mesmo” (HERÁCLITO, 1973, p. 94). Neste seu *Fragmento 91*, Heráclito a apresenta e chama a atenção, logo de imediato, para a oposição entre a unidade fundamental do *mesmo* e a multiplicidade matemática implicada na expressão *duas vezes* que, no fragmento, não quer dizer uma composição que apreende a reunião que se faz pelo afastamento e pela dispersão. *Duas vezes* não diz a realidade verdadeira (a proximidade pelo afastamento e o afastamento que é aproximação) do *mesmo*, e o *mesmo* (enquanto unidade na dispersão) não pode ser dito *duas vezes*. Ou seja, a matemática não lhe adentra e indiretamente se mostra como o exemplo a partir do qual se pode definir e compreender a fragilidade de um discurso segundo a sua incapacidade de adentrar na

realidade que não se apresenta outra vez. A invasão da matemática na linguagem e a tese de que a multiplicidade de unidades matemáticas é o substrato da racionalidade do discurso (ambas remissíveis ao programa platônico de educação do filósofo e à sua descrição em *A República*¹) nos mantém sempre exteriores àquilo que, sendo ininteruptamente fluxo, jamais passa ao ponto de sair de si, e está sempre dentro de si mesmo, fluindo pelo puro fluir, sem motivo algum. Isto cuja realidade nenhum código definitivamente explica e domina, é o *rio*. Sendo já real antes de uma segunda vez – e real apenas nesta anterioridade incomensurável – o *rio*, por meio da sua dispersão, resiste a toda codificação, pois, esta é tão somente uma tradução que, pautando-se pelo estabelecimento de limites iniciais e finais, toma o *rio* por sua materialidade que pode ser vista. O *rio* é unicamente a sua visibilidade e, portanto, a sua espacialidade.

No entanto, há um espaço ou um local onde não podemos entrar duas vezes? É reconhecidamente absurda a hipótese de que o espaço não admite a multiplicidade ou de que a realidade espacial não pode ser explicada matematicamente. Porém, tal como afirma indiretamente o *Fragmento 91*, o *rio* é onde estamos, e por ser onde jamais estaremos por uma segunda vez, o *rio* é dentro, é o que nos envolve e reúne, é o que nos antecede e não acaba mais, é o que nos alimenta e nos sufoca, em suma, o *rio* é o mundo e este é uma unidade fundamental íntima a si em seu próprio fluxo, no qual, precisamos nos descobrir dentro, pois, é neste lugar que não nos encontramos outra vez que podemos ouvir a voz da vida, voz fluente anterior aos códigos particulares, e assim aprender que a vida se alcança por meio de um processo de descodificação como apreensão do que se esconde em seu dentro. O que se esconde é uma voz íntima a si, é a voz de dentro, e esta é a voz da Natureza anterior às palavras humanas, posto que, como afirma Heráclito em seu *Fragmento 123*, “Natureza ama esconder-se” (1973, p. 97). Este esconder-se, especialmente, é o retirar-se em seu dentro onde repousa a unidade do mesmo.

A voz da Natureza fala a sua própria unidade que é a unidade da sua própria voz, isto é, a realidade do *rio-mundo* é audível e, portanto, a essência da unidade não é a visibilidade espaço-matemática, mas antes, a audibilidade prévia aos códigos e intraduzível por eles.

1 Como se sabe, essa educação parte do pressuposto de que são os filósofos aqueles que devem governar a cidade *ideal* que é a cidade *boa* (PLATÃO, 2006, p. 255; 473c – 473d). A educação alcança seu ápice com a Alegoria da Caverna (2006, p. 307; 514a) que, narrando o caminho dialético de passagem da escuridão para a luz do sol – ou da não-imagem para a imagem pura – se mostra como um exercício de conversão da alma inteira rumo ao *ser*, o mais *resplandecente*, o *bem*, e por isto, afirma Platão que a educação é a arte do redirecionamento da *visão* (2006, p. 312; 518c) para se adquirir o conhecimento que retira a alma do mundo da mutação para o mundo do *ser* (2006, p. 317; 521d), e essa aquisição começa, segundo Platão, por “aquela coisa comum que toda arte ou ofício, toda forma de pensamento e toda ciência empregam e que se encontra entre os primeiros assuntos que todos estão obrigados a aprender (...). Aquele assunto trivial de distinguir o um, o dois e o três. Em suma, me refiro ao cálculo, pois não é verdade que toda arte e ciência têm que deles participar?” (2006, p. 318; 522c). O que assegura a plena comunicabilidade é a visibilidade ideal do mais resplandecente, que é o *bem* separado da obscuridade do fluxo pré-filosófico. Por fim, “o cálculo e a aritmética concernem inteiramente aos números (...). Assim, é evidente que eles nos conduzem à apreensão da verdade (...); são obrigatórios aos filósofos, porque estes precisam aprender ascender da [região da] geração [e mutação] e apreender o *ser*, se esperamos que algum dia se tornem racionais” (PLATÃO, 2006, p. 322; 525a – b).

O Uno subjacente e escondido atrás de tudo é fundamentalmente e puramente audível². Do mesmo modo, isto que é dentro resistente aos números, este Um que não é um, nos ensina sobre a essência da audibilidade que é, então, a voz da unidade ou unificação. O *rio* é então *Logos*, e este não é a voz de alguém, mas, a própria voz da *Physis*. É por isto que em seu *Fragmento 50*, Heráclito afirma que: “Não de mim, mas dos logos tendo ouvido é sábio homologar tudo é um” (1973, p. 90). A sabedoria está em buscar confirmar o que se ouviu do *Logos*. Homologar pressupõe pesquisa e investigação. Esta investigação para se confirmar a unidade começa com a dissolução do sujeito que fala e de suas palavras incapazes de dizer que *tudo é um*. Não há sabedoria em ouvir *de mim* porque minhas palavras não apresentam o que é digno de investigação. *Tudo é um* é dito silenciosamente, e neste sentido, homologá-lo é *ajuntar-se* a ele, é adentrá-lo pela primeira e única vez. Mas, esta investigação que é ajuntamento e adentramento nos exige a negação de nós mesmos, da nossa visibilidade matemática, ou seja, ela nos exige que nos tornemos obscuros e que tenhamos amor pelo escondido³. Obscurecer-se para estar junto e dentro do que é digno de amar, é se tornar o que você ouviu do *Logos*, é falar como o *rio-fala* segundo a pura audibilidade do fluxo do Um que é também Tudo, do Um que não tem fora e é puro dentro originariamente sonoro. Nesta homologação que atinge a Harmonia superior, a invisível (HERÁCLITO, 1973, p. 90), obscurecer-se ou dissolver seus limites visíveis significa buscar a dignidade de ter algo para falar, significa falar de seu dentro que ajunta, em suma, significa tornar-se puramente audível, pois a sabedoria é ajuntar-se-lhe e adentrar o *Logos* enquanto voz de Tudo. Então, ouvir é ser-no-mundo e nesta audição o mundo está sempre em surgimento, sempre em sua primeira vez como um jogo inocente. Devemos ressaltar que “este mundo, o *mesmo* de todos os (seres), nenhum deus, nenhum homem o fez, mas era, é e será um fogo *sempre vivo*, acendendo-se em medidas e apagando-se em medidas⁴” (HERÁCLITO, 1973, p. 88; grifos nossos). Essas *medidas* não são numéricas, mas, são da Harmonia invisível, e o não-número é então pura audibilidade, é um *mesmo* sonoro que unifica em si, por meio do seu fluir, todos os seres, e o que é unificação e fluxo é *sempre vivo*: a Vida que, se não podemos vê-la em sua

2 Nesses termos, em sua obscuridade fluente e sonora, esse Uno não é alcançado pelo cálculo e pela aritmética que, praticados a serviço do conhecimento do ser rumo à verdade, separam alma e corpo, números puros e números vinculados a corpos visíveis e tangíveis (PLATÃO, 2006, p. 323; 525e). Esse Uno audível não faz parte dos números puros que alteiam a alma, e nos quais o *um*, sendo igual a si mesmo indivisível em todas as unidades, “se referem àqueles números que só podem ser concebidos pelo pensamento” (PLATÃO, 2006, p. 323; 526a). Em suma, esse Uno não é um *número pensado*, e se ele não é um *número que torna visível*, ele dissolve o cálculo e a aritmética juntamente com o pensamento puro que visa a verdade mesma (PLATÃO, 2006, p. 323; 526b).

3 Obscurecer é ser livre em seu autoconhecimento que não reconhece nenhuma exterioridade a si, é ser sem heteronomia e ser absolutamente presente a si enquanto Vida além do nascimento e da morte, do passado e do futuro, cujas determinações cômodas requerem e são os efeitos de um deus-pragmático. Essa divinização do pragmatismo é a luta civilizatória contra o Uno-obsuro que, não sendo explicado por nenhum princípio filosófico-científico, “é absolutamente sem-fundamento” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 172), ou seja, é o negativo como matéria, é a negatividade como atividade criadora, é a Natureza como Eros (SCHOPENHAUER, 2005, p. 424), enfim, é a voz do Abismo (*Grundlos, Ab-grund*).

4 *Fragmento 30*.

harmonia, pois esta é invisível, ao menos podemos escutá-la. Temos, então, que a vida é voz. Mas, se ela é anterior às palavras e aos números, como nos fala a vida e qual a natureza da sua voz? Do mesmo modo, como podemos ouvi-la e o que acontece com os seus ouvintes?

Schopenhauer: o esclarecimento da obscuridade do contraponto

Em Schopenhauer, visto que ela expressa a *quintessência* da vida (SCHOPENHAUER, 2005, p. 343) e não apenas a essência objetivada *no* fenômeno, a música é anterior e prescinde dos números e das palavras enquanto tentativas de traduzi-la em uma linguagem que permita ao intelecto encontrar-se e afirmar a sua identidade fenomênica. A vida é essa quintessência anterior mesmo à objetivação fenomênica da ideia que irá constituir a essência lógico-filosófica que servirá de base para todo conhecimento e experiência científica que têm por finalidade a investigação causal das razões últimas de todo ser. Isto significa que, em sua quintessência mais fundamental do que a essência enquanto objeto da lógica formal, a vida não se sujeita sequer à objetivação ideal, e sendo assim inacessível mesmo à visão e à imagem objetivas da ideia, a vida não é da ordem do visível – ou fenomênico ou ideal – mas, do puramente audível que ensina e encanta, ou seja, ela é da ordem do *Akroamatikós*⁵. A quintessência acroamática da vida (o puro sentimento anterior a todo código e seu silêncio intraduzível) é, então, sua musicalidade mística e metafísica, uma vez que “a música nunca expressa o fenômeno, mas unicamente a essência íntima, o em-si de todos eles, a Vontade mesma” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 343). E é por isso que, segundo Schopenhauer, a música “se encontra por inteiro separada de todas as demais artes” (2005, p. 336). Estas têm por tema a ideia ou representação livre do *princípio de razão suficiente* que rege e faz do mundo fenomênico uma ordem essencialmente redutível às explicações lógico-pragmáticas do intelecto. Essa liberdade quanto ao princípio de razão suficiente constitui a esfera de legalidade própria da estética, pois, a Beleza, em seus diversos graus de objetivação e em seus diversos modos de expressão, é a própria luminosidade cristalina da imagem pura, inalterável e intemporal, da universalidade da ideia. Portanto, sendo ideal, o belo – a idealidade da verdade expressa pelas artes que, então, podem ser analisadas e descritas hierarquicamente – sempre é e nunca vem a ser, exatamente na medida em que às ideias – em sua luminosidade estética – não convém a pluralidade e a efemeridade das coisas individuais que nascem e perecem (SCHOPENHAUER, 2005, p. 238)⁶.

5 O que diz respeito ao ensino segundo a audição; o ensino que exige o encanto dos ouvidos, está no que se ouve com prazer (*Akróama*). É próprio do homem que se faz escutar – o portador de um ensino oral esotérico – e que exige de nós a *Akróasis*, a disponibilidade à escuta, a *ação* de dar ouvido, e assim, ser ouvinte é ser discípulo; diferentemente da educação platônica do filósofo, trata-se de uma educação segundo o ouvir, trata-se de aprender ouvindo.

6 Schopenhauer, embora sendo antiplatônico nesse ponto em que ele aproxima estética e geometria em torno da ideia de luminosidade da imagem, considera que ao Belo se chega através da Geometria, porque esta, facilitando a *visão* da *Ideia do bem*, induz a alma a contemplar o ser (PLATÃO, 2006, p. 325; 526c) e porque, afinal, “trata-se de um conhecimento daquilo que sempre é, e não daquilo que nasce e perece (...). Assim, ela [a geometria] tenderá a

No entanto, é imprescindível salientarmos os limites tradicionalmente crônicos dessa noção de beleza, que fazem com que esta noção se refira e seja pertinente, em maior grau e em última instância, às artes que se distinguem segundo a objetivação das ideias no mundo fenomênico⁷. Esta nossa cautela não visa apenas confirmar, ao final, a audibilidade pura da vida, mas, para isto comprovarmos, é preciso reconhecermos e demonstrarmos que à música, em sua inefabilidade e inaparência originária e irreduzível, a aplicação do conceito de belo não alcança e não proporciona uma satisfação metafísica plena pela qual a música ultrapassa a aritmética e nos entrega “a alegria interior com a qual o íntimo mais fundo de nosso ser é trazido à linguagem” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 337). Essa alegria é incomensurável e incomunicável e, neste sentido, a música é uma linguagem que não é plenamente traduzida em termos aritméticos. E a aritmética é a pretensão da comunicabilidade exaustiva que se compreende como um *tornar visível*. A aritmética é a afirmação da plena visibilidade da imagem ou da rigorosa identidade entre a imagem e o objeto. Acontece que a beleza também é idealmente constituída pela Luz enquanto um *tornar visível* que assegura e exige a correspondência e a reciprocidade entre o estético e o comunicável.

Se o belo torna visível, as artes desta luminosidade se enraízam e privilegiam o olhar – ainda que intelectual – e assim elas se tornam conhecimento. Enquanto luz, o belo é da ordem do conhecimento (SCHOPENHAUER, 2005, p. 275). No entanto, a visibilidade que se comunica exaustivamente, em termos estéticos ou em termos matemáticos, é apenas a do objeto. A luz não chega até ao fundo íntimo do objeto e esta incompletude da comunicação deixa transparecer uma *qualitas occulta* que não é, portanto, da ordem da essência, mas da quintessência puramente audível e completamente obscura que reúne intimamente, por exemplo, uma pedra e um homem, a gravidade e a simpatia, a coesão dos cristais e as relações humanas (SCHOPENHAUER, 2005, p. 135). É esta reunião ou unidade primordial e íntima que fala, diretamente, através da música e, indiretamente, por meio do conceito enquanto uma fixação e estabilização *in abstracto* do conhecimento intuitivo⁸. Nesse processo abstrato do conhecimento racional (que busca a explicação da realidade a partir da identidade igual a si da essência enquanto objeto lógico-formal puramente luminoso e absolutamente sem qualquer coeficiente de inaparência), os conceitos se enraízam, retomam e continuam os números (SCHOPENHAUER, 2005, p. 103), como se a porta de entrada para a filosofia fosse a aritmética, como se a estrutura de todo discurso racional fosse

atrair a alma para a verdade e produzirá um conhecimento filosófico dirigindo para o alto as faculdades que agora erroneamente dirigimos para baixo” (PLATÃO, 2006, p. 325; 527b – c). E assim uma cidade segundo a geometria é uma cidade *bela*.

7 Nessa distinção entre as artes se encontra o núcleo da Teoria do Belo que descreve a hierarquia piramidal das artes da imagem verdadeira (SCHOPENHAUER, 2005, p. 287-336). A beleza nos testemunha que há uma verdade da imagem que dissolve o teatro sem sentido das aparências impuras.

8 Neste sentido, se “o saber, o conhecimento abstrato, tem o seu grande valor na comunicabilidade, em poder ser fixado e conservado” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 105), a *qualitas occulta* é o seu limite intransponível, uma vez que ela é a voz da unidade íntima e da inaparência metafísica que o antecede e é real sem ser um número.

primeiro e intrinsecamente matemático. E essa correspondência entre os conceitos e os números que caracteriza o conhecimento abstrato é a responsável pela comunicabilidade do discurso que se substitui e se afasta da música cuja fala jamais é um *tornar visível* que pretende traduzir, completamente, a sonoridade originária da *qualitas occulta* em uma imagem, e é por isto, que essa música – enquanto voz e fala do oculto que nos preserva na unidade da sua Vida – não pode ser dita bela, pois, a beleza, mesmo em sua esfera ideal, é uma imagem que compartilha da mesma visibilidade e luminosidade da essência. O sentido íntimo da vida que emerge dessa filosofia da música decreta e traz consigo a morte do Belo. A intimidade é o próprio sacrifício da beleza.

A essência íntima do mundo – que não é mais mundana – não é a voz de ninguém porque sua fala é anterior ao mundo, e então a escuta dessa intimidade obscura que dissolve e ultrapassa toda imagem e visibilidade, nos retira do mundo fenomênico cuja consistência – mesmo que apenas suposta – adulterou e fragilizou a nossa audição, então condicionada e enganada por suas imagens submetidas ao tempo, ao espaço e à causalidade. Ao passo que, no âmbito do acroamático, estamos sem mundo, isto é, o princípio de razão suficiente não nos fala verdadeiramente nada, nele não há nada digno da nossa audição, enfim, esse princípio apresenta uma solidez que tem a mesma estabilidade de um mutismo camuflado e geralmente aceito. Todavia, como defende e nos exorta Schopenhauer:

Ora, como o nosso mundo nada é senão o fenômeno das Ideias na pluralidade, por meio de sua entrada no *principium individuationis* (...), segue-se que a música, visto que ultrapassa as Ideias e também é completamente independente do mundo fenomênico, ignorando-o por inteiro, poderia em certa medida existir ainda que não houvesse mundo – algo que não pode ser dito acerca das demais artes (...). A música, portanto, de modo algum é semelhante às outras artes, ou seja, cópia de Ideias, mas *cópia da Vontade mesma* (2005, p. 338)⁹.

Se a música ultrapassa as ideias – a luminosidade cristalina da essência –, ela é a fala da própria obscuridade que unifica todos os seres, ela não é a cópia de nada, mas, é a voz originária de um *nihil negativum* que tudo cria e que está em toda criação como uma vida à qual acedemos dispondo-nos à sua escuta, “pois em toda parte a música exprime apenas a quintessência da vida” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 343) além de qualquer motivo e de qualquer fundamento, sem nenhuma causa e nenhuma finalidade que a explicaria. Ou seja, a música “permite compreender o *em si* dos fenômenos sem passar pela mediação dos conceitos abstratos” (CHARRAK, 2005, p. 152), quando ela nos retira de diante de nós, diferentes e opostos uns aos outros, e nos mostra a realidade metafísica, não-fenomênica e não-numérica,

9 Convém salientar que “justamente por isso o efeito da música é tão mais poderoso e penetrante que o das outras artes, já que estas falam apenas de sombras, enquanto aquela fala da essência” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 339). A música fala quando as próprias essências se tornam sombras e o seu efeito, portanto, é poderoso e penetrante porque ela nos revela a possibilidade do Nada que alimenta a fragilidade da existência e tragicamente nos assinala que o mundo é uma realidade que pode não ser.

da Unidade obscura. A música nos mostra que, em termos rigorosos, “o conceito de unidade designará um *ens imaginarium* que, no fundo, já que ele é recíproco ao nada, é um *nihil negativum*” (PHILONENKO, 1999, p. 86). É por ter este por tema – este nada que nela se unifica a si mesmo e que só ela revela – que a música exprime

não esta ou aquela alegria singular e determinada, esta ou aquela aflição, ou dor, ou espanto, ou júbilo, ou regozijo, ou tranquilidade de ânimo, mas eles Mesmos, isto é, a Alegria, a Aflição, a Dor, o Espanto, o Júbilo, o Regozijo, a Tranquilidade de Ânimo (...), o essencial deles, sem acessórios, portanto também sem os seus motivos. E no entanto a compreendemos perfeitamente nessa quintessência purificada (SCHOPENHAUER, 2005, p. 343).

A música separa e despedaça o *este-aquele* enquanto sinônimo de determinação que nos revela a individualidade, e nos mostra o dentro do Mesmo, e nos mergulha na primordialidade do *rio* de Heráclito que, separando os sentimentos e os motivos, e assim nos falando de um sentimento anterior ao sentimento e de uma voz anterior à voz, eleva-nos à quintessência purificada de toda vida que se quer os seus motivos, no entanto incapazes de protegê-la e de livrá-la do sofrimento, do tédio, do absurdo, e da falta de sentido.

Escutar a vida em sua quintessência incomensurável, ouvir a voz ou a audibilidade do não-fundamento (*Grundlos; Ab-grund*), significa que não há motivo algum no mundo para querermos a vida, significa que devemos vivê-la sem motivos, assim, purificada de mundo, como um Abismo que nos fala que, no mundo, não há nada ou ninguém, digno ou responsável, sequer por uma lágrima ou por um sorriso nosso.

Eis o êxtase do *Tudo é um* que aqui nos propomos homologar através do exercício de uma escuta que se proponha reconhecer que *não há outra voz*, que todas as vozes, da água, da terra, do vento, do homem, são a voz do Mesmo, do Uno, enfim, da Vida. Eis porque a música é a verdadeira filosofia, eis porque a filosofia da música é uma filosofia da existência em sua verdade profunda anterior à essência, pois, “uma profunda compreensão da música significa uma profunda compreensão do mundo. Pedras, plantas, animais e homens são musicais, já que a essência volitiva deles é a mesma que se expressa do modo o mais perfeito através dos sons harmoniosos” (BARBOZA, 1997, p. 76). Ora, isto que constitui a pura musicalidade não é possível de ser apreendido em termos físicos e aritméticos. “Eis porque a música perfeitamente correta jamais pode ser concebida, muito menos executada. Por isso toda música possível desvia-se da pureza perfeita” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 348). Após a consciência da imperfeição de todas as músicas possíveis – pois são traduções codificadas que, pretendendo comunicar o intraduzível, permanecem afastadas da voz primeira da unidade inaparente – resta perguntarmos honestamente se suportaremos e se nos satisfaremos com essa impossibilidade e com o fato de jamais termos ouvido uma música. Resta-nos, ao menos, o consolo de sermos filósofos, ou seja, é a música e não a matemática que outorga dignidade à filosofia, pois, o tema da verdadeira filosofia – enquanto filosofia primeira – é o Uno-Audível que, intraduzível, não

pode ser tematizado de tal forma que ele saia de si para uma segunda vez de si mesmo, e no rigor destas condições, a Filosofia Primeira em Schopenhauer é a própria música (SCHOPENHAUER, 2005, p. 346-7) que faz de si o seu próprio e único tema estabelecendo, assim, a sua esfera de legitimidade e de autonomia.

Como se deduz do nosso percurso, é a música que nos revela que *Tudo é um*, e por isto, ela nos é um *quietivo* que nos nega a nossa essência, a despeito do fato de que nos compreendemos enquanto seres-para-a-morte¹⁰, apresentando-nos, assim, as condições de uma existência verdadeira que não são ditas pela voz humana, e por isto, *não de mim*, mas é deste retorno à língua original – o *Logos akroamatikós e agonístico* de Heráclito – que vem a voz do puro sentimento incomensurável anterior a todo conhecimento (PERNIN, 1995, p. 126-7). E essa “transposição musical faz pensar na morte” (PERNIN, 1995, p. 127). Ou seja, a música apresenta o que deve ser o tema por excelência do pensamento, o único tema que o liberta dos seus motivos utilitaristas e do *reino da necessidade*, conduzindo o homem, então renascido e redimido, o homem que não é mais o herdeiro da *afirmação da Vontade de Vida de Adão*, a sentir puramente a *autossupressão da Vontade* que inaugura e mantém a vida no *reino da graça* (SCHOPENHAUER, 2005, p. 510-1) onde a eterna presença do Uno, sem passado e sem futuro, sem culpa e sem castigo, desfruta da inocência pré-adâmica. O poder curativo da música nos faz gozar de uma alegria mística elevando-nos ao êxtase da unificação com a nossa origem anterior à nossa essência, ao nosso nascimento e morte.

A música volta além do drama metafísico do dilaceramento pelo qual o Uno arrancou o Ser ao nada, pelo preço da pluralidade. A música nos salva, reconduzindo-nos à origem, para a presença perdida, oculta atrás da escrita do mundo, que supõe uma *ausência* (...). A música nos faz gozar de um tempo que ainda não está sobrecarregado da irreversibilidade e da irrevogabilidade do crime de ter nascido, de um tempo cujas partes se reúnem sem dispersão. É por isso que o filósofo a considera como o exercício *metafísico* inconsciente do espírito (PERNIN, 1995, p. 127).

A música enquanto filosofia primeira em Schopenhauer pensa sobre as condições da ausência da Vida que a escrita do mundo não recupera e não explicita. E esse pensamento musical é um mergulho metafísico no inconsciente que, indo além do *algo diante da consciência* do sujeito, nos coloca diante de uma presença que perdemos com o dilaceramento que nos impede de compreender a negatividade do Ser, isto é, que “diante de nós queda-se apenas o nada” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 518) como um chamado à vida pelo qual escutamos o desaparecimento do mundo que é, tão somente e ao mesmo tempo, um mergulho no *rio-mundo* de Heráclito que, em seu fluir inelutavelmente silencioso e harmonicamente autodiscordante, é uma Vontade que se perdeu de si e que se procura, é uma voz que nos fala somente a partir do nada, em suma, é o próprio nada como fala ou *Logos*. Assim, para quem se entrega à audição para sair do nada

vazio e deste modo alcançar o renascimento e a redenção, e “para todos aqueles que ainda estão cheios de Vontade”, que ainda não se dispuseram ao exercício metafísico que revela o drama do dilaceramento, “o que resta após a completa supressão da Vontade é, de fato, o nada. Mas, inversamente, para aqueles nos quais a Vontade virou e se negou” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 519), não expressando nada além do que a pura presença íntima a si do seu próprio círculo, “este nosso mundo tão real com todos os seus sóis e vias lácteas é – Nada”.

Considerações finais

Portanto, nos termos em que reconhecemos uma proximidade filosófica entre Heráclito e Schopenhauer, em seu antagonismo a Platão, aqui, apenas sugerido, uma filosofia da vida é possível se recuperamos a musicalidade originária do *Logos* anterior não apenas ao fenômeno, mas também, à essência. Porque, como vimos, em sua anterioridade inaparente, a Vida é a essência *da* essência (a obscuridade íntima à luz), e esse recuo e ultrapassagem em quintessência (quando não temos diante de nós sequer o consolo noético do essencial) são revelados pela música que retira deste presença do nada, o quietivo redentor da alegria sem mundo.

Se uma filosofia da vida é um mergulho no rio enquanto exercício árduo de recuperação da capacidade de escutar, para além de qualquer palavra ou código, a voz unificante e pedagogicamente encantadora da unidade mística e metafísica, então, é preciso reconhecer que, em suas condições legítimas, essa filosofia da vida se lhe vincula e necessita da investigação acerca da realização autônoma e da apresentação da esfera de legalidade própria da música cuja especificidade, prescindindo do próprio mundo, revela a impossibilidade de se afirmar uma natureza científica e fenomenológica da vida que, neste caso, poderia ser dita ou definida recorrendo-se à essência como instância última e transformada em princípio subjacente positivo.

Mas, como vimos, a essência não é a primeira palavra da unidade, ela não diz a unidade obscura falada pelo *Logos*, pois, se perde de si mesma quando acreditava jamais passar de si. Nessa passagem de si da essência é que escutamos a voz das águas profundas cujo fluir inaparente é a essência da Vida. Por fim, se o *Logos* de Heráclito nos apresenta a conaturalidade cosmológica da unidade e da audibilidade, é preciso reconhecer sua importância para toda investigação filosófica das relações entre vida e música, e por isso, justifica-se termos começado por Heráclito esta nossa consideração que, tendo proposto compreender a vida em Schopenhauer, constatou que não poderia fazê-lo a não ser através da análise das condições, dos propósitos e das consequências em que Schopenhauer apresenta a música como a metafísica mais pura e radical.

Bibliografia

BARBOZA, Jair. *Schopenhauer: a decifração do enigma do mundo*. São Paulo: Moderna, 1997.

- BOULEZ, Pierre. *Apontamentos de aprendiz*. Trad. Stella Moutinho, Caio Pagano e Lídia Bazarian; dirigida por Gilberto Mendes Tragtenberg, Augusto de Campos e Lauro Machado Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- CHARRAK, André. Philosophie de la musique et théorie musicale. In: *La raison dévoilée: études schopenhaueriennes*. Direction Christian Bonnet et Jean Salem. Paris: VRIN, 2005.
- HERÁCLITO. Fragmentos. In: *Os Pré-socráticos*. Vol. I. Seleção de textos, supervisão e tradução [et al] José Calvacante de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Os Pensadores).
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falava Zaratustra*. 3ª ed. Tradução Mário Ferreira dos Santos. São Paulo: Logos LTDA, 1959.
- PERNIN, Marie-José. *Schopenhauer: decifrando o enigma do mundo*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- PHILONENKO, Alexis. *Schopenhauer: une philosophie de la tragédie*. Paris: VRIN, 1999.
- PLATÃO. *A República* (ou da Justiça). Trad., textos complementares e notas Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2006.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. 1º tomo. Tradução, apresentação, notas e índices de Jair Barboza. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.